



Concurso Público para provimento de cargos de
Procurador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Direito Civil**

1. Considere as seguintes assertivas a respeito do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90:
- I. A colocação de maior de dez anos em família substituta depende do consentimento, colhido em audiência, da criança ou adolescente.
 - II. A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a entidades governamentais, sem autorização judicial, vedada, em qualquer hipótese a transferência a terceiros.
 - III. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
 - IV. Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, II e III.

2. Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obriga, o credor pode exigir dele que o desfazer, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos. Em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer,
- (A) somente mediante autorização judicial, com o ressarcimento devido limitado a 70% do valor despendido pelo credor.
 - (B) somente mediante autorização judicial, com prejuízo do ressarcimento em razão da impossibilidade de opção pelo desfazimento ao devedor.
 - (C) somente mediante autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.
 - (D) independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.
 - (E) independentemente de autorização judicial, com o ressarcimento devido, porém limitado a 70% do valor despendido pelo credor.

3. Com relação à posse, é correto afirmar:
- (A) O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
 - (B) A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
 - (C) obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
 - (D) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.
 - (E) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas somente poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias.

Direito Tributário

4. Dentre outras hipóteses, constitui causa de extinção do crédito tributário
- (A) o depósito do seu montante integral.
 - (B) a moratória e o parcelamento.
 - (C) a conversão de depósito em renda.
 - (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - (E) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
5. Considere:
- I. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória ou voluntária, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa não vinculada.
 - II. Constitui delegação de competência tributária o cometimento, a pessoas de direito público ou privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos, compreendendo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
 - III. Compete ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.
 - IV. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a discricionariedade em relação a serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - V. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e V.

6. Quanto ao lançamento tributário é INCORRETO afirmar:
- (A) Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
 - (B) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
 - (C) Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
 - (D) A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.
 - (E) A revisão do lançamento tributário só pode ser iniciada após extinto o direito da Fazenda Pública, salvo se subordinada a condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.



7. Em tema de exclusão do Crédito tributário, é correto afirmar:
- (A) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.
- (B) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- (C) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.
- (D) A isenção não pode, em qualquer caso, ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação do princípio da igualdade tributária.
- (E) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

8. Na distribuição da receita tributária obtida pelo produto da arrecadação do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados, excluída a receita da União, o restante será distribuído para cada um dos Fundos previstos em Lei, a razão de
- (A) 20% ao Fundo de Participação dos Estados; 15% ao Fundo de Participação do Distrito Federal e 10% ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (B) 15% ao Fundo de Participação dos Estados; 5% ao Fundo de Participação do Distrito Federal e 5% ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (C) 15% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (D) 10% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (E) 10% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 5% ao Fundo de Participação dos Municípios.

Direito Empresarial

9. Nas sociedades simples, quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um. Prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios em caso de empate e, se este persistir,
- (A) prevalecerá o voto do sócio mais antigo.
- (B) decidirá o juiz.
- (C) prevalecerá o voto do sócio mais recente.
- (D) a decisão ocorrerá por sorteio.
- (E) prevalecerá o voto do sócio que votou por último.

10. A pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou de serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, prescreve em
- (A) 7 dias, a partir do conhecimento da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço.
- (B) 30 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) 90 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (D) 3 anos, a partir do conhecimento da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço.
- (E) 5 anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Direito Penal

11. Sobre o peculato, é INCORRETO afirmar:
- (A) Se culposo, a reparação do dano, dá causa à extinção da punibilidade, desde que completa e anterior ao trânsito em julgado da sentença.
- (B) Trata-se de crime próprio.
- (C) Admite a forma tentada.
- (D) O ressarcimento do dano ou a restituição da coisa apropriada com dolo extingue a punibilidade.
- (E) Haverá a redução de metade da pena imposta, se culposo, caso haja reparação do dano posterior à sentença irrecorrível.

12. Sobre a reincidência, considere:
- I. Trata-se de circunstância preponderante na fixação da pena e, em qualquer hipótese, impede que se inicie o cumprimento da sanção no regime semi aberto.
- II. Revoga o sursis, obrigatoriamente, no caso de condenação por outro crime doloso ou culposo.
- III. Suspende o prazo da prescrição.
- IV. Impede o reconhecimento do furto e do estelionato privilegiados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV.
- (B) III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

13. No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, é correto afirmar que
- (A) segundo a teoria da atividade, adotada pelo Código Penal, considera-se como tempo do crime o momento da consumação.
- (B) pelo princípio da proteção, o criminoso deve ser julgado e punido no local onde for detido, segundo as leis desse país.
- (C) pela teoria mista, adotada pelo Código Penal, considera-se tempo do crime tanto o momento da ação ou omissão, como o do resultado.
- (D) segundo o princípio da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira a todos os crimes contra o Presidente da República cometidos fora do território brasileiro.
- (E) segundo a teoria da ubiquidade, adotada pelo Código Penal, lugar do crime é tanto o local da conduta, como o do resultado.

**Direito Processual Penal**

14. O recurso cabível da decisão de tribunal de segunda instância que denega *habeas corpus* é o
- (A) especial, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal.
 - (B) ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

15. Constitui corolário do princípio do contraditório e da ampla defesa:

- (A) a indisponibilidade do processo.
- (B) a imediatidade.
- (C) a isonomia processual.
- (D) a indeclinabilidade da jurisdição penal.
- (E) o duplo grau de jurisdição.

Direito do Trabalho

16. A respeito da Duração do Trabalho, considere:

- I. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.
- II. O empregado que labora cinco horas contínuas terá obrigatoriamente um intervalo intrajornada de 15 minutos, não sendo este intervalo computado na duração do trabalho.
- III. Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.
- IV. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

17. Com relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal é correto afirmar:

- (A) O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, possuindo, inclusive, o direito de ser votado.
- (B) Nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (C) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, mas é permitido ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (D) É vedada a dispensa imotivada do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até seis meses após o final do mandato.
- (E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional na mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de dois Municípios.

18. Em regra, o Contrato Individual de Trabalho por prazo determinado

- (A) pode ser prorrogado quantas vezes for necessário, desde que respeite o limite máximo de um ano.
- (B) não pode ser fixado por mais de dois anos, vedada qualquer prorrogação.
- (C) não pode ser fixado por mais de três anos, permitida uma única prorrogação dentro deste período.
- (D) pode ser prorrogado quantas vezes for necessário, desde que respeite o limite máximo de dois anos.
- (E) não pode ser fixado por mais de dois anos, permitida uma única prorrogação dentro deste período.

Direito Processual do Trabalho

19. A respeito do Agravo de Instrumento no Processo Trabalhista, considere:

- I. O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- II. Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo, instruindo a petição de interposição, facultativamente, com cópia da petição inicial.
- III. É incabível recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
- IV. É inválido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, uma vez que esta incumbência é exclusiva do agravante, responsável pela interposição do agravo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) III e IV.

20. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação. Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes, para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, o prazo

- (A) sucessivo de oito dias.
- (B) comum de dez dias.
- (C) sucessivo de dez dias.
- (D) comum de oito dias.
- (E) sucessivo de cinco dias.

Direito Eleitoral

21. José é brasileiro nato e tem 21 anos de idade. Preenchidos os demais requisitos legais, José pode candidatar-se, dentre outros, ao cargo de

- (A) Senador.
- (B) Governador de Estado.
- (C) Presidente da República.
- (D) Deputado Federal.
- (E) Vice-Governador de Estado.



22. A respeito dos partidos políticos, é correto afirmar:
- (A) Os partidos políticos podem receber contribuição ou auxílio pecuniário de entidade de classe ou sindical.
- (B) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica somente com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) A suspensão de novas cotas do Fundo Partidário é uma das consequências da desaprovação parcial das contas de um partido político.
- (D) O recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira depende de adequação do respectivo estatuto com o da entidade que efetivar a doação.
- (E) Dois ou mais partidos políticos não poderão, por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.

23. O registro e o cancelamento do registro de candidatos a membros das Assembleias Legislativas compete
- (A) aos Juízes Eleitorais.
- (B) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (D) ao Corregedor-Geral Eleitoral.
- (E) às Juntas Eleitorais.

Direito Previdenciário

24. Com relação ao benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez, quando a recuperação for parcial, sem prejuízo da volta à atividade, a aposentadoria será mantida
- (A) no seu valor integral, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- (B) com redução de 50%, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- (C) com redução de 75%, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- (D) no seu valor integral, durante um ano contado da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- (E) com redução de 50%, durante um ano contado da data em que for verificada a recuperação da capacidade.

25. Na SPPREV – São Paulo Previdência, é competente para aprovar os regimentos internos e o orçamento anual
- (A) a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, respectivamente.
- (B) o Conselho Fiscal.
- (C) a Diretoria Executiva.
- (D) o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, respectivamente.
- (E) o Conselho de Administração.

26. Joana, João, Janaina e Daniel são segurados do regime geral de previdência social. Joana possui 57 anos de idade e é trabalhadora rural. João possui 60 anos de idade e exerce atividade em regime de economia familiar. Janaina possui 60 anos de idade e trabalha na empresa privada urbana WD e Daniel possui 65 anos e é produtor rural. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira, com relação ao requisito legal de idade mínima para obtenção do benefício previdenciário da aposentadoria, preenchem este requisito

- (A) apenas Joana, Janaina e Daniel.
- (B) nenhuma das pessoas mencionadas.
- (C) apenas Joana e Janaina.
- (D) todas as pessoas mencionadas.
- (E) apenas Janaina e Daniel.

Direito Financeiro

27. Quanto aos créditos adicionais previstos nas normas gerais de Direito Financeiro (Lei nº 4.320/64), é correto afirmar:
- (A) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (B) Os créditos e débitos suplementares e especiais serão autorizados por decreto do Poder Executivo e abertos por escrituração contábil e fiscal.
- (C) São créditos adicionais ou extraordinários as autorizações de crédito computadas ou suficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- (D) Os créditos especiais terão vigência não adstrita ao exercício financeiro e orçamentário em que forem abertos, inclusive quanto aos suplementares e extraordinários.
- (E) A abertura dos créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, não sendo sequer precedida de exposição justificativa.
28. Estabelece a Lei Complementar nº 101/2000, quanto à responsabilidade fiscal, dentre outras hipóteses, que
- (A) os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo improrrogável de noventa dias do recebimento, vedado o estabelecimento de prazo diverso nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- (B) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas independe de lei específica, bastando atender às condições estabelecidas em seus créditos suplementares, desde que inferior a 1% da receita corrente no exercício.
- (C) os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
- (D) os títulos da dívida pública fiscal, ainda que escriturados por liquidação, débito, crédito e custódia, não poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações.
- (E) a reestimativa de receita ou despesa para o mesmo exercício por parte dos Poderes Legislativo e Executivo não será admitida, ainda que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, sendo que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.



29. Em relação às Finanças Públicas, segundo a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

- (A) A lei orçamentária anual compreenderá, dentre outras hipóteses, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (C) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- (D) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (E) O Banco Central não poderá comprar ou vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, salvo para emissão e resgate de títulos da dívida pública.

Direito Ambiental

30. A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, estabelece que o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Todavia, independe de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento,

- (A) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- (B) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (C) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- (D) qualquer outro uso que altere o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.
- (E) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

31. Os princípios gerais da Política Nacional do Meio Ambiente têm por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. NÃO se insere, dentre esses princípios,

- (A) o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos ambientais e a proteção de áreas ameaçadas de degradação.
- (B) o acompanhamento pelo estado da qualidade ambiental e a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- (C) o controle e o mapeamento das atividades e serviços dos entes federados, ainda que não potencial ou efetivamente poluidoras.
- (D) a incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
- (E) a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar e a recuperação de áreas degradadas.

32. É órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (Lei nº 6.938/81), com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais:

- (A) a entidade estadual responsável pela execução de programas ambientais.
- (B) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- (C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- (D) o Conselho de Governo.
- (E) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Direitos Humanos

33. É INCORRETO afirmar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU)

- (A) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas sob a forma de Resolução.
- (B) é um tratado internacional que contém a obrigação legal de respeito aos princípios básicos de direitos humanos.
- (C) elenca direitos cujos respeito e observância universal devem ser promovidos pelos Estados membros das Nações Unidas.
- (D) elenca tanto direitos civis e políticos, como direitos sociais, econômicos e culturais.
- (E) fixa a ideia de que os direitos humanos são universais e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade.

34. Considere:

- I. Defesa dos interesses difusos e coletivos.
- II. Tutela contra ato da atividade estatal que macule direito líquido e certo.
- III. Obtenção de regulamentação de norma constitucional programática, geradora de um direito que não se efetuiu em virtude de omissão legislativa e que gera prejuízo ao cidadão.

Os itens I, II e III descrevem, respectivamente, o resultado visado pela interposição de

- (A) mandado de segurança, ação civil pública e *habeas data*.
- (B) ação civil pública, mandado de segurança coletivo e *habeas data*.
- (C) ação popular, *habeas corpus* e mandado de injunção.
- (D) ação civil pública, mandado de segurança e mandado de injunção.
- (E) ação popular, ação cautelar constitucional e mandado de injunção.



35. Considere:

- I. O primeiro reconhecimento normativo da igualdade essencial da condição humana remonta a 1776 e 1789, com a proclamação das liberdades individuais e da igualdade perante a lei, nos Estados Unidos e na França revolucionária.
- II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) marca outra fase de regulamentação dos direitos do homem, seguindo os moldes liberais clássicos de não intervenção.
- III. A Declaração de Viena (1993) consagra dois aspectos que caracterizam a concepção contemporânea de direitos humanos: o alcance universal desses direitos e a unidade indivisível e interdependente que assumem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Sociologia do Direito

36. Constituem características do controle social, por meio do direito, sob a ótica funcionalista,

- (A) legalidade, proporcionalidade e imparcialidade.
- (B) tradição e validade das regras que organizam o sistema de poder.
- (C) concentração do poder econômico e político e de equilíbrio entre os grupos sociais.
- (D) mutabilidade e espontaneidade.
- (E) exigibilidade e garantia do bem comum.

37. Segundo a teoria do conflito social,

- (A) na sociedade agem grupos com interesses opostos, que se encontram em desigualdade e em luta perpétua pelo poder.
- (B) o funcionamento da sociedade pressupõe que os indivíduos aceitem as regras sociais vigentes e se comportem de forma adequada às mesmas.
- (C) toda mudança social radical é uma falha do sistema, que não consegue mais integrar as pessoas em suas finalidades e valores.
- (D) sendo a sociedade um sistema harmônico, todo conflito é interpretado como disfuncionalidade ou manifestação de patologia social.
- (E) a sociedade é uma grande máquina que distribui papéis e recursos aos seus membros, identificados como "as peças da máquina".

38. No que diz respeito às formas de atuação do direito como fator de mudança social, aquela que se caracteriza pela aplicação de um novo sistema jurídico para substituir o direito do Estado e responder às necessidades sociais é denominada direito

- (A) globalizado.
- (B) alternativo.
- (C) vinculante.
- (D) transformador.
- (E) social.

Filosofia e Ética Profissional

39. NÃO configura Direito do Advogado, previsto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil,

- (A) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incommunicáveis.
- (B) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- (C) falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo.
- (D) a inviolabilidade de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, ainda que pessoais e não relativas ao exercício da advocacia.
- (E) examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

40. Em relação ao Código de Ética dos Advogados do Brasil, considere:

- I. Na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos de honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente.
- II. Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina, dentre outras competências, organizar, promover e desenvolver cursos, palestras, seminários e discussões a respeito de ética profissional, inclusive em Cursos Jurídicos, visando à formação da consciência dos futuros profissionais para os problemas fundamentais da Ética.
- III. O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, autoriza, em qualquer hipótese, o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, inclusive a emissão de fatura e tiragem de protesto.
- IV. O advogado, individual ou coletivamente, inclusive por firma, é proibido de anunciar os seus serviços profissionais, ainda que para finalidade exclusivamente informativa, sob pena de violação da ética profissional.
- V. O substabelecimento do mandato, sem reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa, sendo que o substabelecimento do mandato com reservas de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

41. É legitimado, em substituição processual, para a propositura do Mandado de Segurança Coletivo,

- (A) a associação legalmente constituída, com no mínimo três meses de funcionamento e autorização prévia e específica de seus associados para ajuizamento, independentemente do estatuto, exigindo-se que o direito seja próprio da classe.
- (B) a associação constituída de fato, com no mínimo seis meses de funcionamento, e autorização prévia e específica de seus associados para ajuizamento, independentemente do estatuto, exigindo-se que o direito seja próprio da classe.
- (C) o partido político com representação no Congresso Nacional, exigindo-se somente a existência de, no mínimo, um parlamentar filiado, em qualquer das Casas Legislativas.
- (D) a organização sindical legalmente constituída, com no mínimo cinco meses de funcionamento, e autorização prévia e específica dos sindicalizados para ajuizamento, independentemente do estatuto, exigindo-se que o direito seja próprio da classe.
- (E) o partido político com representação no Congresso Nacional de no mínimo de três Assembleias Legislativas das unidades da Federação, exigindo-se a existência de, no mínimo, um senador e um deputado federal e de um deputado estadual em cada Assembleia Legislativa.

42. Os requisitos necessários para o ajuizamento da ação popular são classificados de

- (A) imutável e rígido.
- (B) explícito e implícito.
- (C) restritivo e contido.
- (D) absoluto e ilimitado.
- (E) subjetivo e objetivo.

43. Ao se afirmar que o devido processo legal configura dupla proteção ao indivíduo, sendo que protege o direito de liberdade e assegura a paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa, conclui-se que atua, respectivamente, nos âmbitos

- (A) material e formal.
- (B) preventivo e liberatório.
- (C) preventivo e repressivo.
- (D) repressivo e liberatório.
- (E) ativo e passivo.

44. Conceder-se-á mandado de injunção

- (A) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (B) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) para anular ato lesivo ao patrimônio público de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (E) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

45. No tocante ao Processo Legislativo, a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta

- (A) dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de, no mínimo, três Presidentes das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- (B) de, no mínimo, cinco Presidentes das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- (C) de um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) de, no mínimo, três Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

46. Com relação ao Poder Executivo, é competência privativa do Presidente da República, além de outras,

- (A) manter relações com Estados estrangeiros mediante prévia análise dos seus representantes diplomáticos, competindo-lhe, em regra, investigar previamente suas origens e intenções com o fim de garantir a segurança nacional.
- (B) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
- (C) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente do referendo do Congresso Nacional.
- (D) exercer o comando supremo das Forças Armadas e, após aprovação pelo Senado Federal, promover e nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e os oficiais-generais para os cargos que lhes são privativos.
- (E) nomear, após aprovação pela Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei.



47. É INCORRETO afirmar que cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público
- (A) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- (B) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição.
- (C) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho.
- (D) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- (E) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.
-
48. A Advocacia-Geral da União
- I. é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.
- II. tem por competência, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- III. tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Congresso Nacional dentre os funcionários de carreira maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada.
- IV. tem por competência a execução da dívida ativa de natureza tributária da União.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
-
49. Conforme a Constituição do Estado de São Paulo, a administração pública é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor, no prazo máximo de
- (A) sessenta dias úteis.
- (B) quarenta dias úteis.
- (C) trinta dias úteis.
- (D) quinze dias úteis.
- (E) dez dias úteis.
-
50. Em atenção à Constituição do Estado de São Paulo, a Assembleia Legislativa terá Comissões permanentes e temporárias, na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno, sendo que às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe
- (A) discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver, para decisão deste, requerimento de um décimo dos membros da Assembleia Legislativa.
- (B) convocar Secretário de Estado para prestar pessoalmente, no prazo de quinze dias, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificacão adequada.
- (C) convocar dirigentes de fundações instituídas pelo Poder Público para prestar informações sobre assuntos de área de sua competência, previamente determinados, no prazo de quinze dias, sujeitando-se, pelo não comparecimento sem justificacão adequada, às penas da lei.
- (D) convocar o Defensor Público Geral para prestar informações a respeito de assuntos relacionados com a respectiva área, sendo dispensável que sejam previamente fixados.
- (E) convocar representantes de empresa resultante de sociedade desestatizada para prestar informações sobre assuntos de sua área de competência, previamente determinados, no prazo de quinze dias, sujeitando-se, pelo não comparecimento sem adequada justificacão, às penas da lei.
-
51. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, a criação, a fusão, a incorporação e o desmembramento de Municípios far-se-ão, além de outros requisitos, por Lei
- (A) ordinária federal.
- (B) municipal.
- (C) estadual.
- (D) complementar federal.
- (E) delegada federal.
-
52. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior,
- (A) será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou em outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (B) incidirá também sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (C) incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- (D) incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, incluindo lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica.
- (E) compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

**Direito Administrativo**

53. NÃO se inclui, dentre as expressões da supremacia do interesse público, como princípio constitucional do Direito Administrativo:

- (A) A exigibilidade, significando a previsão legal de sanções ou providências indiretas que induzem o administrado a acatá-los.
- (B) A constituição de terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.
- (C) Dentro de certos limites, a revogação dos atos inconvenientes e inoportunos.
- (D) O dever de anular ou convalidar os atos inválidos que haja praticado.
- (E) A ideia de que a Administração tem que tratar todos os administrados sem distinção.

54. Considerando que a Administração indireta é o conjunto de pessoas administrativas que têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma indireta, é correto afirmar que

- (A) as pessoas que a integram têm plena autonomia, não estando vinculadas a nenhuma pessoa política.
- (B) ela é formada por pessoas jurídicas e pessoas físicas.
- (C) não a integram os consócios públicos, mesmo que tenham personalidade jurídica de direito público.
- (D) as pessoas que a integram são denominadas por parte da doutrina e por legislação específica, de *entidades*.
- (E) o objetivo de sua instituição é a redução de gastos com pessoal na administração centralizada, ou direta.

55. Considerando-se a classificação do Serviço Público, é INCORRETO afirmar que serviços

- (A) singulares são, preponderantemente, destinados a pessoas individualizadas, sendo mensurável a utilização de cada um dos indivíduos.
- (B) indelegáveis são aqueles que somente podem ser prestados pelo Estado, ou seja, pelos seus próprios órgãos ou agentes.
- (C) delegáveis são somente aqueles que por expressa disposição legal podem ser executados pelo Estado ou por particulares.
- (D) sociais são os que o Estado executa para atender a reclamos sociais básicos e representam serviços assistenciais e protetivos.
- (E) econômicos são aqueles que representam atividades de caráter industrial ou comercial, que possibilitam lucro.

56. A revogação do ato administrativo

- (A) insere-se na esfera do poder discricionário da Administração Pública.
- (B) opera efeitos *ex tunc*, isto é, a partir da vigência do ato revogatório.
- (C) pode ocorrer mesmo que o ato administrativo já se tenha esaurido.
- (D) emanado do Poder Legislativo pode ser feita pelo Poder Judiciário, se houver provocação do interessado.
- (E) nunca gera direito à indenização.

57. A dispensa de licitação

- (A) incide nas hipóteses em que houver impossibilidade de competição.
- (B) caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia ser realizado o procedimento, mas que, dadas as peculiaridades do caso, o legislador decidiu não torná-lo obrigatório.
- (C) pode ocorrer fora das hipóteses previstas na lei, desde que a autoridade competente fundamente a sua decisão.
- (D) é possível, dentre outras hipóteses, para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (E) para a contratação de artista exige que ele seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

58. Sobre as peculiaridades do contrato administrativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) as cláusulas exorbitantes expressa ou implicitamente previstas no instrumento do contrato são decorrência do princípio da supremacia do interesse público.
- (B) a alteração ou rescisão unilateral por parte da Administração não precisam estar expressamente previstas no instrumento do contrato.
- (C) a aplicação das penalidades contratuais diretamente pela Administração resulta do princípio da auto-executoriedade.
- (D) é absolutamente vedada a *exceptio non adimpleti contractus*.
- (E) a ocupação ou utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, em caso de rescisão unilateral, tem fundamento no princípio da continuidade do serviço público

59. Sobre as espécies do contrato administrativo, considere:

- I. Contratos em que o objeto pactuado consiste em construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público.
- II. Contratos que visam a atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse da Administração.
- III. Contratos em que o contratante comete a outro a condução de um empreendimento, reservando para si a competência decisória final.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos contratos de

- (A) permissão, serviços e obras.
- (B) serviços, fornecimento e gerenciamento.
- (C) serviços, concessão e permissão.
- (D) obras, gerenciamento e permissão.
- (E) obras, serviços e gerenciamento.



<p>60. Sobre a classificação dos bens públicos, considere:</p> <p>I. Locais abertos à utilização pública, de uso coletivo, de fruição própria do povo.</p> <p>II. Bens que se destinam à execução dos serviços públicos.</p> <p>III. Bens que podem ser utilizados para qualquer fim e que podem ser alienados pela Administração.</p> <p>Os conceitos I, II e III referem-se, respectivamente, aos bens</p> <p>(A) de uso comum do povo, dominicais ou dominiais e de uso especial.</p> <p>(B) de uso especial, de uso comum do povo e dominicais ou dominiais.</p> <p>(C) dominicais ou dominiais, de uso especial e de uso comum do povo.</p> <p>(D) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais ou dominiais.</p> <p>(E) de uso especial, dominicais ou dominiais e de uso comum do povo.</p>	<p>64. Pela prática de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 8.429/92, o agente está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos e ao pagamento de multa civil, respectivamente, de</p> <p>(A) dois a oito anos e até dez vezes o valor da remuneração por ele percebida.</p> <p>(B) três a cinco anos e até cem vezes o valor da remuneração por ele percebida.</p> <p>(C) três a dez anos e até o dobro do valor da remuneração por ele percebida.</p> <p>(D) quatro a dez anos e até duzentas vezes o valor da remuneração por ele percebida.</p> <p>(E) cinco a oito anos e até cinquenta vezes o valor da remuneração por ele percebida.</p>
<p>61. A desapropriação que se decreta para promover a justa distribuição da propriedade ocorre</p> <p>(A) por interesse social.</p> <p>(B) para urbanização ou reurbanização.</p> <p>(C) por utilidade pública.</p> <p>(D) por necessidade pública.</p> <p>(E) para observância do plano diretor do município.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>65. Para as ações em que o espólio for réu, se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes, é competente o foro</p> <p>(A) do lugar em que ocorreu o óbito.</p> <p>(B) da situação de quaisquer dos bens.</p> <p>(C) do local em que residir o maior número de herdeiros.</p> <p>(D) do domicílio do autor.</p> <p>(E) do local em que situarem a maior parte dos bens.</p>
<p>62. As limitações administrativas</p> <p>(A) implicam limitação perpétua ao direito de propriedade em benefício do interesse coletivo.</p> <p>(B) impõem ao proprietário a obrigação de suportar a utilização temporária do imóvel pelo Poder Público.</p> <p>(C) implicam em instituição de direito real de natureza pública, impondo ao proprietário a obrigação de suportar um ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade.</p> <p>(D) implicam a transferência compulsória, mediante indenização, para satisfazer interesse público.</p> <p>(E) impõem obrigações de caráter geral a proprietários indeterminados, em benefício do interesse geral.</p>	<p>66. Extingue-se o processo com resolução de mérito quando</p> <p>(A) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.</p> <p>(B) ocorrer confusão entre autor e réu.</p> <p>(C) o autor desistir da ação.</p> <p>(D) as partes transigirem.</p> <p>(E) o juiz indeferir a petição inicial.</p>
<p>63. Considerando-se a responsabilidade civil do Estado é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Estado responde pelo ato lesivo praticado por seu agente, ainda que este não tenha agido com dolo ou culpa.</p> <p>(B) o direito de ação regressiva contra o agente causador do dano é imprescritível.</p> <p>(C) a ação de regresso contra o agente causador do dano, verificados os demais requisitos, pode ser proposta mesmo que o Estado ainda não tenha efetivado o pagamento da indenização a que foi condenado ou que resulte de acordo administrativo.</p> <p>(D) o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público prescreve em cinco anos.</p> <p>(E) o Estado somente responde se agiu com culpa nos danos causados por fenômenos da natureza.</p>	<p>67. A respeito do pedido constante da petição inicial, é correto afirmar:</p> <p>(A) O autor não poderá aditar o pedido se já tiver sido expedido o mandado de citação.</p> <p>(B) A inexistência de conexão impede sempre a cumulação de pedidos, num único processo, contra o mesmo réu.</p> <p>(C) O autor não pode formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.</p> <p>(D) Como os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreende no principal os juros legais.</p> <p>(E) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente da declaração expressa do autor.</p> <p>68. O revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar. Nesse caso,</p> <p>(A) os prazos processuais correrão independentemente de intimação.</p> <p>(B) torna-se exigível a sua intimação formal para os atos subsequentes.</p> <p>(C) só será exigível a sua intimação formal da sentença.</p> <p>(D) só será exigível a sua intimação formal da audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(E) não poderá apresentar contestação, mas poderá oferecer reconvenção.</p>



<p>69. Sendo revel o assistido, o assistente</p> <p>(A) será considerado seu gestor de negócios.</p> <p>(B) não poderá intervir no feito.</p> <p>(C) não poderá recorrer da sentença sem expressa anuência do assistido.</p> <p>(D) assumirá a condição de parte principal.</p> <p>(E) terá novo prazo para apresentar contestação.</p>	<p>74. Na ação popular,</p> <p>(A) o prazo para contestação é de 15 dias, contados da entrega em cartório do mandado cumprido ou do decurso do prazo assinado em edital.</p> <p>(B) é dispensável a intimação do Ministério Público, salvo se versar sobre interesses de menores ou incapazes.</p> <p>(C) não cabe julgamento antecipado da lide.</p> <p>(D) as perdas e danos a que forem condenados os responsáveis pelo ato impugnado serão corrigidas monetariamente a partir da sentença.</p> <p>(E) fica o autor, no caso de improcedência da ação, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.</p>
<p>70. O julgamento antecipado da lide</p> <p>(A) não pode ocorrer se a prova documental for suficiente para formar o convencimento do julgador.</p> <p>(B) depende de prévia designação de audiência de tentativa de conciliação.</p> <p>(C) só pode ter lugar após o saneamento do processo.</p> <p>(D) prescinde de prévio requerimento das partes nesse sentido.</p> <p>(E) só pode ocorrer após a apresentação de memoriais pelas partes.</p>	<p>75. Na ação civil pública,</p> <p>(A) considera-se legitimada para a sua propositura a associação que esteja constituída há mais de 180 dias.</p> <p>(B) são devidos, em caso de improcedência, honorários advocatícios pela associação autora, independentemente de prova de má-fé.</p> <p>(C) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.</p> <p>(D) no caso de desistência infundada por parte de associação legitimada, a titularidade ativa não poderá ser assumida por outra associação legitimada.</p> <p>(E) não se admitirá litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados.</p>
<p>71. A respeito das provas, considere:</p> <p>I. A confissão extrajudicial contida em testamento terá a mesma eficácia probatória da judicial.</p> <p>II. O juiz não poderá ordenar de ofício a inquirição de testemunhas referidas nos depoimentos de testemunhas arroladas pelas partes.</p> <p>III. O juiz poderá dispensar a prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>76. A respeito do processo cautelar, é correto afirmar:</p> <p>(A) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa, não podendo ser formuladas, interposto o recurso, diretamente ao tribunal.</p> <p>(B) É agravável a decisão que, em processo cautelar, denega, suspende ou concede medida liminar provisória.</p> <p>(C) A justificação, o protesto e a interpelação admitem contestação.</p> <p>(D) As medidas cautelares não podem ser revogadas ou modificadas no curso do processo principal.</p> <p>(E) O juiz não pode acolher alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.</p>
<p>72. Da decisão que recebe apelação</p> <p>(A) cabe agravo retido.</p> <p>(B) cabe agravo de instrumento.</p> <p>(C) não cabe recurso.</p> <p>(D) cabe apelação.</p> <p>(E) cabe agravo regimental.</p>	<p style="text-align: center;">Teoria Geral do Direito, do Estado e da Política</p> <p>77. Dentre outros, é legitimado a propor ao Supremo Tribunal Federal a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante</p> <p>(A) qualquer Senador da República.</p> <p>(B) a entidade de classe de âmbito nacional.</p> <p>(C) qualquer Deputado Federal.</p> <p>(D) qualquer eleitor.</p> <p>(E) o Ministro da Justiça.</p>



78. Pela Teoria Geral do Estado, é INCORRETO afirmar:

- (A) No Estado Unitário, o ente provincial tem, dentre outras, soberania interna e externa, competência legislativa própria, capacidade de auto-organização e subordinação vinculada.
- (B) As formas de Estado levam em consideração a composição geral do Estado, a estrutura do poder, sua unidade, distribuição e competências no território do Estado.
- (C) O Estado Federal é aquele que se divide em províncias politicamente autônomas, possuindo duas fontes paralelas de Direito Público, uma Nacional e outra Provincial.
- (D) Pelo fato de apresentar a centralização política, o Estado Unitário só tem uma fonte de Poder, o que não impede a descentralização administrativa.
- (E) Dentre as características do Estado Federal, tem-se a constância dos princípios fundamentais da Federação e da República, sob as garantias da imutabilidade desses princípios, da rigidez Constitucional e do instituto da Intervenção Federal.

79. Em relação às Fontes do Direito Objetivo, considere:

- I. Legislação, *lato sensu*, é modo de formação de normas jurídicas por meio de atos competentes.
- II. Lei, no sentido material, designa o conjunto de normas que estabelecem os meios judiciais de se fazerem valer direitos e obrigações.
- III. Os costumes são primordiais para o preenchimento de lacunas da lei, pois muitos não se opõem à lei, mas disciplinam matérias que a lei não conhece.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

80. É INCORRETO afirmar que o direito

- (A) subjetivo tem, como elementos fundamentais, o sujeito, o objeto, a relação jurídica e a proteção jurisdicional.
- (B) subjetivo é o domínio da vontade do homem, que lhe é garantido e protegido pelo ordenamento no qual fazemos parte, mas a lei que o protege é também a que o restringe.
- (C) objetivo é o poder que as pessoas têm de fazer valer seus direitos individuais.
- (D) subjetivo nada mais é do que um poder e uma faculdade advindos de uma regra interposta pelo Estado na proteção dos interesses coletivos.
- (E) objetivo é o conjunto de normas que o Estado mantém em vigor. É aquele proclamado como ordenamento jurídico e, portanto, fora do sujeito de direitos.